

A GESTÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DOS DESPORTOS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

PUBLIC MANAGEMENT IN THE CONTEXT OF UNIVERSITY SPORTS IN BRAZIL: A LITERATURE REVIEW

Ricardo Coelho dos Santos¹

RESUMO

O desporto escolar e universitário é um importante componente para a formação das crianças e dos jovens, que por sua vez irá refletir em cidadãos mais interessados pela prática esportiva, com hábitos mais saudáveis e melhores reflexos físicos e psicossociais. Apesar desse segmento apresentar um público interessado nas competições, ainda possui poucos investimentos e são organizados por meio de gestões amadoras. Assim, foi definido como objetivo geral: realizar uma revisão sistemática na base de dados de artigos originais publicados no Brasil sobre como funciona a gestão pública em relação ao desporto universitário. Esse estudo busca realizar uma revisão sistemática das contribuições das gestões públicas em relação ao desporto universitário, abordando os principais achados dos artigos científicos que versem sobre essa temática e que tenham sido publicados entre 2012 a 2022 e que ajudem a compreender esta temática. Após análise realizada nas publicações relativas a essa temática foi possível perceber que as gestões do esporte no contexto das universidades de ensino públicas encontram-se desamparadas, tanto de apoio quanto de eficácia das políticas públicas. Apesar de diversas ações de sucesso serem realizadas no Brasil, essas são caracterizadas como atividades pontuais e que ocorrem de forma isolada, funcionando como um nicho esportivo.

Palavras-chave: Esporte universitário, gestão pública, competições

ABSTRACT

School and university sports are an important component for the training of children and young people, which in turn will reflect on citizens more interested in sports, with healthier habits and better physical and psychosocial reflexes. Although this segment has an audience interested in competitions, it still has few investments and is organized through amateur management. Thus, the general objective was defined: to carry out a systematic review in the database of original articles published in Brazil on how public management works in relation to university sports. This study seeks to carry out a systematic review of the contributions of public administrations in relation to university sport, addressing the main findings of scientific articles that deal with this theme and that have been published between 2012 and 2022 and that help to understand this theme. After an analysis carried out in the publications related to this theme, it was possible to perceive that the management of sport in the context of

¹ Graduando em Educação Física (bacharelado), Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís, email:

public teaching universities are helpless, both in terms of support and the effectiveness of public policies. Although several successful actions are carried out in Brazil, these are characterized as specific activities that occur in isolation, functioning as a sports niche.

Keywords: University sport, public management, competitions

INTRODUÇÃO

A Educação Física tem sido oferecida no Brasil como um Desporto desde os tempos do Império. Por assumir formas que variavam de acordo com a cultura que predominava na época, o que se percebia é que a Educação Física não apresentava uma identidade definida (RUSSI, 2012). Com isso, percebe-se ao longo dos anos que a Educação Física assumiu diversas funções perante a sociedade, desde a cultura do físico à criação de técnicas esportivas sofisticadas (MOREIRA; GARCIA; LOBATO, 2020).

No contexto educacional, a Educação Física foi inserida como componente curricular obrigatório do ensino básica, fundamental e médio. Para o ensino superior, essa matéria foi tornada obrigatória por meio do Decreto nº 705/69 de 25 de julho de 1969, que perdurou até o final do Regime Militar (RUSSI, 2012). Em 1996, as mudanças nas Bases da Educação Brasileira através da lei nº 9.394/2002 manteve a Educação Física como obrigatória nos ensinos fundamental e médio, e tornou-se facultativa para o ensino superior e noturno (BRASIL, 2017).

A oferta da disciplina nas universidades públicas, aliada a programas e projetos dessas instituições de ensino contribuiu para o início do Desporto competitivo para alunos, professores e servidores das instituições de ensino superior. Essa dinâmica fez com que o desporto universitário torna-se um segmento esportivo de importância reconhecida no país, além de apresentar potencial de crescimento.

Mazzei e Bastos (2012) destacam que apesar desse segmento apresentar um público interessado nas competições, ainda possui poucos investimentos e comumente são organizados por meio de gestões amadoras, o que faz com que o esporte universitário conviva com competições com pouco público, desorganizadas e com pouco interesse das mídias.

Neste sentido, esse estudo tem o objetivo de realizar uma revisão sistemática das contribuições das gestões públicas em relação ao desporto universitário,

abordando os principais achados dos artigos científicos que versem sobre essa temática e que tenham sido publicados entre 2012 a 2022 e que ajudem a compreender o seguinte questionamento: Como funciona a gestão pública realizada pelas instituições de ensino superior no contexto dos esportes universitários?

Na tentativa de elucidar esse questionamento foi definido como objetivo geral: realizar uma revisão sistemática na base de dados de artigos originais publicados no Brasil sobre como funciona a gestão pública em relação ao desporto universitário. Para nortear as discussões foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) contextualizar a gestão pública dos esportes universitários no Brasil; b) descrever os modelos de gestão mais comuns nos desportos universitários; e c) apresentar os principais desafios da gestão pública tendo em vista o desenvolvimento dos desportos universitários brasileiros.

REVISÃO DE LITERATURA

O desporto escolar e universitário é um importante componente para a formação das crianças e dos jovens, que por sua vez irá refletir em cidadãos mais interessados pela prática esportiva, com hábitos mais saudáveis e melhores reflexos físicos e psicossociais. Além disso, a prática esportiva nas escolas e faculdades funcionam como uma atividade de preenchimento do tempo livre dos estudantes (BARBOSA, 2017).

Os esportes universitários são definidos como toda e qualquer prática esportiva, obrigatória ou voluntária que seja realizada dentro de uma instituição de ensino superior por alunos matriculados em seus programas de graduação ou pós-graduação (ARAÚJO, 2017).

Nesse contexto, os esportes universitários tiveram origem por ações isoladas realizadas pelos próprios estudantes das universidades mais antigas da Itália ainda no século XVIII. As primeiras competições esportivas foram realizadas pelas universidades de Cambridge e Oxford, na Inglaterra no início do século XIX. As primeiras associações e federações nacionais foram criadas a partir de 1905 nos Estados Unidos (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012).

No Brasil, as primeiras ações do esporte universitário ocorreram ao final do século XIX, com competições realizadas pelos próprios estudantes do College Mackenzie em São Paulo, na Faculdade de Medicina e Cirurgia e na Escola

Politécnica, essas duas últimas localizadas no Rio de Janeiro. Nessa etapa não existia envolvimento do poder público, assim esses torneios eram realizados de maneira voluntária e autônoma (BARBOSA, 2017).

A partir de 1933 surgiram as primeiras Federações Universitárias Estaduais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Dois anos depois houve a primeira edição dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) que inicialmente era chamado de Olimpíada Universitária do Brasil, e que teve outras edições organizadas. A fundação da Confederação Brasileira de Desportos Universitário (CDBU) ocorreu no ano de 1939 que foi uma importante ferramenta para a discussão de políticas públicas para a prática de esportes no país (GRANDO; MADRID, 2017).

Durante o governo de Getúlio Vargas foi criada o Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941, que foi responsável por estabelecer as bases de organização dos desportos em todo o país. Esse marco legal foi responsável por definir as formas de práticas esportivas no Brasil, oficializar a CDBU, além de incentivar a criação das Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's) que tinham a função de planejar a prática esportiva nas instituições de ensino (STAREPRAVO, 2012).

A promulgação da Lei Federal nº 6.251/1975 e do Decreto Lei nº 80.228/1977 foram elementos importantes para instituir a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto. Com essa mudança na legislação ficou determinado o papel do estado como regulamentador do esporte, com o esporte universitário passou a fazer parte do sistema de esporte estudantil (BARBOSA, 2017).

De acordo com o percurso histórico do esporte universitário é possível perceber que houve momentos que essas atividades eram planejadas e executadas pelos próprios alunos, ocorrendo de forma autônoma e espontânea. Após a criação de leis como a nº 3.199/41 e nº 6.251/75 essas ações passaram a ser centralizadas pelas normas e gestão do governo (MATIAS, 2013).

A gestão do esporte universitário no Brasil tem contado com o apoio do estado apenas quando as competições são realizadas a nível regional e nacionais, assim pouco suporte é ofertado a Federações Universitárias Estaduais, além de haver poucas discussões quanto a necessidade de consolidar uma política pública para normatizar as práticas esportivas nas Universidades públicas (MAZZEI; BASTOS, 2015)

ARAÚJO (2017) considera que o Estado deveria assumir a função de fomentar, planejar e executar as ações voltadas para o esporte universitário, pois o que se percebe nas Universidades públicas é que a gestão do esporte tem sido realizada através dos próprios alunos, por meio de suas Associações Atléticas Acadêmicas.

Nesse sentido, é importante entender que as AAA's têm a função de realizar a comunicação entre a Diretoria de Esportes com os alunos da instituição de ensino, além de promover e incentivar a prática esportiva dentro dos cursos que o aluno representa.

A Diretoria de Esportes, por sua vez, deve ser responsável por proporcionar projetos esportivos que sejam capazes de atender a demanda dos seus alunos, tendo a função de promover esses momentos. Assim, essas Diretorias de Esportes e as AAA's são elementos chaves para o desenvolvimento do esporte universitário no Brasil (NUNES et al., 2014).

Para melhor compreensão do tema, as sessões a seguir serão responsáveis por evidenciar os procedimentos de coleta de dados e os achados que foram evidenciados em estudos e pesquisas previamente publicadas a respeito da gestão pública e os esportes universitários.

MÉTODO

Este artigo objetiva-se em fazer uma revisão sistemática da literatura anteriormente publicada a respeito da gestão pública dos desportos universitários no Brasil. Para isso foi utilizada para as buscas o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a plataforma Google Acadêmico, pois ambas possuem periódicos de renome nas mais diversas áreas de conhecimento.

Os critérios de inclusão adotados para esta pesquisa são 1) artigos primários; 2) abordar a temática da gestão pública nos desportos universitários; 3) ter sido publicado entre 2012 e 2022; 4) artigos publicados no Brasil. 5) idioma português; 6) periódicos revisados por pares. Já os critérios de exclusão são: 1) prefácios e 2) resenhas

Na consulta feita ao Google Acadêmico na busca por assuntos foram encontrados 63 resultados utilizando os seguintes descritores com a configuração dos operadores booleanos: “gestão pública” AND “desportos universitários” OR “esportes universitários”

Depois, foram aplicados filtros específicos disponíveis na plataforma, sendo estes: “artigos”, “idioma português”, “periódicos revisados por pares” e “data de publicação entre 2012 e 2022”. Os resultados foram delimitados a 14 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos publicados em relação a gestão pública dos jogos universitários permitiram coletar informações da participação do estado no apoio das ações esportivas nas universidades públicas.

A esse respeito, o estudo de Nunes e Cunha (2014) destaca a importância de entender a participação do Estado e sua relevância para a construção de políticas públicas funcionais. Os autores dividem o estado em três elementos, que de acordo com sua interpretação são indissociáveis, sendo eles: o povo, o território e o governo soberano. Ao Estado compete as funções legislativa, judiciária, política e administrativa e, portanto, é o principal elaborador de políticas públicas.

Estudos como os de Grando e Madrid (2017) e o de Sevegnani et al. (2018) trazem luz as principais ações do governo em relação a criação de políticas públicas voltadas a prática esportiva no Brasil, inclusive as que tem relação com o eixo educacional.

Com base nos estudos dessa área é possível afirmar que os esportes são uma prática compreendida e aceita de maneira fácil pela sociedade, além de algumas de suas práticas, como o caso do futebol, pode ainda ser considerada como uma paixão nacional. Por conta do alcance que o esporte alcança no Brasil, ele pode ser considerado como uma importante ferramenta para a disseminação de costumes, práticas de educação moral, sociabilidade e outras regras sociais, além de contribuir para formação do cidadão (NUNES et al., 2014).

Assim, tem sido visto que os programas sociais esportivos criados no país estão corriqueiramente relacionados a esses ideais, onde os clubes esportivos, escolas e instituições de ensino superior assumem o papel de disseminar as práticas

esportivas e assim, contribuir para as discussões das metodologias que deveriam ser seguidas para a sua melhor condução (GRANDO; MADRID, 2017).

Refletirmos sobre os programas esportivos públicos e privados que utilizam o esporte como ferramenta para uma proposta de inclusão social é de extrema relevância. É crucial pensarmos se esses programas sociais esportivos estão realmente envolvidos no processo de inclusão social de crianças e adolescentes, como a grande maioria evidencia em seus objetivos (RIBEIRO; AMARAL SILVA, 2014). Para além de propiciar inclusão social, estes programas são esperança para que o país evolua no esporte e possa buscar conquistas nos megaeventos esportivos.

No contexto dos programas sociais, o esporte é visto, principalmente, como uma ferramenta que tem foco em realizar a educação moral, minimizando os riscos sociais dos jovens, promovendo a socialização e a redução da evasão escolar desses indivíduos. Assim, o esporte é utilizado como uma estratégia para que as crianças e jovens possam aprender através de normas sociais consideradas positivas (NUNES; CUNHA, 2014).

Na análise documental foram encontradas diversas referências acerca dos programas: Segundo Tempo e do Mais Educação com foco nos eixos esportivos que essas estratégias possuem. Por isso, serão abordados a seguir as principais contribuições que estes programas trouxeram à gestão dos esportes na área educacional.

O Programa Segundo Tempo (PST) foi criado pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional pertencente ao Ministério do Esporte, e foi considerado como um dos maiores programas sociais implementados no Brasil, sendo responsável pelo atendimento de um milhão de crianças e jovens nas suas mais diversas etapas de desenvolvimento, fazendo a educação e inclusão através da participação em modalidades esportivas (GRANDO; MADRID, 2017).

Através das ações do PST foi percebida a descentralização das ações, com a estrutura do programa funcionando através de parcerias entre o Estado (representado pelo Ministério do Esportes) e a Rede (da qual fazia parte as universidades estaduais e federais, além das organizações públicas não-estatais). Devido a resultados como a formação de equipes de referência, desenvolvimento de treinamentos e capacitações, e a implementação de um processo de avaliação continuada das ações fez com que o Programa Segundo Tempo fosse visto como

uma referência no contexto de políticas públicas nacionais (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012).

O PST foi um projeto social de grande relevância na Educação Física, pois utilizava o esporte como uma estratégia para educar e formar os indivíduos. A sua implantação ocorreu em 2003 e tinha o objetivo de democratizar o acesso à prática esportiva no Brasil, de forma a possibilitar o desenvolvimento integral das crianças e jovens como elemento formador da cidadania, além de poder proporcionar melhorias na qualidade de vida, com ênfase nas pessoas mais vulneráveis socialmente (GRANDO; MADRID, 2017).

Devido ao cenário de grande desigualdade social existente no Brasil, tem sido comum que os programas sociais abordassem mecanismo que pudessem contribuir para a melhoria das condições sociais de minorias e grupos vulneráveis. Assim, o PST teve origem como uma resposta as demandas sociais existentes no país, além de garantir o acesso das pessoas ao direito do esporte e do lazer (NUNES; CUNHA, 2014).

A educação através do esporte tem sido responsável por contribuir para a busca por emancipação dos indivíduos, a qual só pode ser alcançada caso ocorra assimilação de conhecimento. O esporte deve ser abordado através de um viés crítico para que consiga contribuir para a construção de cidadãos que sejam conscientes da sua realidade e das mudanças necessárias para a melhoria de vida.

O Programa PST desde a sua origem teve como o foco permitir a oferta de práticas esportivas que pudessem ocupar o tempo ocioso dos alunos dos mais diversos níveis educacionais, essas ações ocorriam através de investimentos realizados pelo governo federal (ENGELMAN; OLIVEIRA, 2012).

Quanto ao Programa Mais Educação (PME) tem o foco em promover o desenvolvimento humano, através da ampliação de direitos básicos ao cidadão, além de melhorias no sistema educacional como um todo. Essa estratégia visa a ampliação da jornada escolar e melhoria do currículo das crianças e jovens (BARBOSA, 2017)

O PME foi implementado com vista em apoiar a realização de ações em escolas e outros espaços socioculturais com a oferta de ações socioeducativas que fossem realizadas no contra turno escolar, fazendo a inclusão de eixos como artes, cultura, educação, lazer e esportes. Esse programa é uma estratégia funcional para

a melhoria do desempenho educacional, incremento das habilidades sociais, vivência comunitária, dinâmica de redes, entre outros elementos (ARAÚJO, 2017).

Apesar do PME ser um programa desenvolvido para que as ações ocorram em ambiente escolar, essa estratégia é importante para melhor compreender a participação do Estado na gestão pública dos esportes educacionais. Assim, o PME tem finalidades que são abrangentes e exigem que diversos setores atuem de forma articulada.

Grando e Madrid (2017) destacam que programas como o PME são responsáveis por promover mudanças na rotina da escola, e na ampliação das possibilidades de desenvolver a aprendizagem dos alunos. Entretanto, os recursos governamentais que são destinados ao PME são baixos e muitas vezes não conseguem suprir a necessidade de contratação de pessoal ou mesmo do reforço alimentar e de disponibilização de infraestrutura para o desenvolvimento das ações, dificultando a realização das ações pedagógicas.

Vale ressaltar que o PME por ser um programa de nível federal é possível que apresente mudanças ou descontinuidade de acordo com as prioridades do governo em atuação. Dessa forma, é possível que as ações realizadas sejam interrompidas caso não seja de interesse do governo. Ademais, é máster salientar que não existe proposta norteadora dentro do eixo Esporte e Lazer desse programa, com isso não há definição de quais parcerias devem ser firmadas, ficando a cargo do interesse e experiência dos gestores, professores e monitores quanto as atividades que serão realizadas (BARBOSA, 2017).

Ainda a respeito das informações analisadas na literatura publicada da área, é possível observar que as ações desenvolvidas pelo poder público não possuem o interesse de implementar uma educação que seja efetiva na emancipação da classe trabalhadora, ao contrário do que é dito em suas propostas de trabalho. Isso é perceptível pois falta capacitação e treinamento aos professores e monitores que são os principais agentes para que essa mudança ocorra.

Assim, é importante entender que as mudanças não se desenvolvem de forma isolada, mas sim quando ocorrem relacionadas a outros eventos. Nesse sentido, elementos como a política, sociedade, educação, esportes, instituições de ensino, professores mantêm uma relação que não pode ser separada, pois para que aja mudanças efetivas é fundamental que ocorra essa articulação (MATIAS, 2013).

O conhecimento acerca desses programas permite que melhor se compreenda como o esporte educacional funcionou no ambiente escolar, e de que maneira essas estratégias contribuem para o fomento ao esporte universitário. Assim, foi observado que a produção científica quanto a gestão pública dos desportos universitários no Brasil possui pouco conteúdo. Em nossas buscas foram encontradas 14 publicações que atendiam aos critérios de inclusão e exclusões desta revisão de literatura, que estão apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1. Produção científica relacionada a gestão pública e os desportos universitários (2012-2022).

Título do trabalho	Local e Ano de Publicação	Autor	Tipo de Produção
Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do esporte	Revista de Educação Física/UEM	Engelman, 2012	Artigo científico
As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional	Revista Motrivivência	Starepravo et al., 2012	Artigo científico
A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo	Revista Licere	Matias, 2013	Artigo científico
Programa Segundo Tempo: determinantes da participação dos universitários da UFSM em atividades de esporte e lazer	EFDesportes.com	Nora et al., 2014	Artigo científico
Estado e as políticas públicas esportivas: o contexto brasileiro	Revista da ALESDE	Nunes, Cunha, 2014	Artigo científico
Fragmentação e intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer	Revista Brasileira de Estudos do Lazer	Ribeiro; Amaral e Silva, 2014	Artigo científico
Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	Silva; Borges; Amaral, 2015	Artigo científico
Diretrizes estratégicas para a aplicação da gestão esportiva em universidades públicas	Universidade Federal Fluminense	Araújo, 2017	Dissertação
A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso	Universidade de São Paulo	Barbosa, 2017	Tese
Programa Segundo Tempo, Programa Mais Educação e o incentivo ao esporte: um legado para as políticas públicas de esporte e lazer	Caderno de Educação Física e Esporte	Grando; Madrid, 2017	Artigo científico
Esporte universitário: percepção de atletas sobre os modelos brasileiro e canadense	Revista de Educação Física	Robalinho et al., 2018	Artigo científico

Modelo de negócios aplicado à gestão pública: proposta ao setor esportivo de uma universidade	Revista Práticas em Gestão Pública	Mineiro; Vieira, 2019	Artigo científico
A política pública para o esporte educacional no Brasil (2003-2016): entre a setorialidade e a intersetorialidade	Revista Licere	Sevegnani et al.2019	Artigo científico
Gestão do Esporte Universitário no Brasil e nos EUA	Revista de Gestão e Negócios do Esporte	Xavier et al., 2019	Artigo científico

Pesquisas como as de Araújo (2017) e Barbosa (2017) permitiram entender como funciona a gestão pública em relação aos esportes universitários no Brasil. Assim, observa-se que essa gestão é realizada de duas formas: pelo Gestor Discente ou pelo Gestor Institucional.

A gestão discente ocorre quando toda a responsabilidade pelo planejamento e execução do esporte nas universidades é de responsabilidade dos representantes dos alunos dos mais diferentes cursos da instituição, que são representados através de uma Associações Atléticas Acadêmicas (AAA). A gestão institucional, por sua vez, é aquela realizada através de um gestor profissional e que possui especialização da área esportiva, em geral é contatado pela instituição para coordenar o setor de esportes da entidade (GRANDO; MADRID, 2017).

O modelo de gestão adotado nas universidades brasileiras, em geral está associado a políticas públicas defasadas como as determinações do Decreto-lei nº 3.617/41, além da liberdade e autonomia ofertada pela Lei nº 8.672/93 e nº 9.615/98, conhecidas respectivamente como “Lei Zico” e “Lei Pelé”, que pouco alteraram a legislação a respeito das bases dos esportes universitários no país.

Após mais de oitenta anos de promulgação da legislação dos esportes universitários, ainda cabe as Associações Atléticas Acadêmicas o papel de realizar a gestão e organização esportivas na maioria das instituições de ensino superior no Brasil, tendo a responsabilidade pela oferta e planejamento da prática esportiva no contexto dessas entidades.

O Esporte Universitário no Brasil não possui viés de formação ou foco no desenvolvimento de talentos, por conta disso é considerado como uma forma de desporto escolar, pois apresenta contribuições para a prática esportiva com o intuito de proporcionar melhorias na saúde e na formação plena do cidadão.

Matias (2013) destaca a importância da regulamentação do financiamento das ações esportivas, que hoje é realizado por meio das leis: Agnelo Piva (Lei nº

10.264/2001) e Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006). A Lei Agnelo Piva foi responsável por destinar a arrecadação das loterias da Caixa Econômica Federal para o Comitê Olímpico Brasileiro (1,7%) e Comitê Paraolímpico Brasileiro (0,3%), sendo que 5% desses recursos devem ser aplicados no desporto universitário e 10% no desporto escolar.

A Lei de Incentivo ao Esporte foi responsável por permitir que empresas e pessoas físicas invistam parte do recurso relativo ao Imposto de Renda em projetos esportivos definidos pelo Ministério do Esporte. As empresas podem destinar 1% do seu imposto a essas ações, enquanto que a pessoa física pode aplicar 6% do valor do imposto. Essa lei possibilita que os poderes públicos e organizações privadas consigam agir em conjunto para incentivar a prática esportiva universitária/escolar no país (RIBEIRO; AMARAL; SILVA, 2014).

Nora et al. (2014) considera que ao longo do tempo tem sido perceptível que houve mudanças na forma que o esporte universitário é gerido pelas instituições de ensino, deixando de ser eventos isolados e pontuais, passando a funcionar como um tipo de negócio que conta com apoio do Estado e da iniciativa privada. Para melhor compreensão é importante entender as entidades envolvidas na organização do esporte universitário no país.

No estudo de Barbosa (2017) fica evidente as funções que cada entidade possui no desenvolvimento dos jogos no Brasil. Assim, tem-se a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) como entidade máxima desse tipo de esporte no país, sendo que sua atuação sofre influência direta do Ministério do Esporte e da Federação Internacional do Esporte Universitário. Abaixo dela estão as Federações Universitárias Estaduais que são parte do conselho da CBDU, e regem esse esporte na esfera estadual. Abaixo das Federações estão as Instituições de Ensino Superior, que coordenam as modalidades esportivas para os atletas universitários.

Araújo (2017) destaca em seu estudo a experiência da Universidade Federal Fluminense no apoio das atividades esportivas da instituição, onde o autor considera que o Brasil possui todos os elementos necessários para que o esporte universitário cresça e ganhe mais destaque. Entretanto, devido à pouca eficácia das políticas públicas, principalmente quanto a sua continuidade dificultam o crescimento do esporte universitário.

O estudo de Ribeiro, Amaral e Silva (2014) aborda parte das dificuldades que o esporte universitário passa na gestão pública no Brasil, destacando a questão da fragmentação das políticas públicas de esportes e lazer no país, uma vez que as experiências realizadas apresentam articulações entre os setores de forma incipiente. Apesar do discurso dos gestores e documentos oficiais destacarem a questão da intersetorialidade, o que ocorre na prática é que essas ações são fragmentadas e encabeçadas por setores específicos.

O estudo de Robalinho et al. (2018) destaca o modelo de gestão aplicada no esporte universitário brasileiro através da ótica dos próprios atletas, além de fazer uma comparação com o modelo adotado no Canadá. Nesse estudo, os autores identificaram que o esporte universitário brasileiro não é favorável aos alunos, pois faltam recursos básicos como estrutura, materiais, conseqüentemente, há pouco interesse do público em acompanhar as competições, fazendo com que o trabalho das federações de busca de patrocínios seja dificultado.

Por fim, se percebe que o esporte universitário brasileiro apresenta um desempenho abaixo do esperado no contexto das competições universitárias. Em parte, isso se deve à falta de foco na formação dos atletas, pois este tipo de esporte atinge apenas os níveis técnicos e tem desempenho apenas durante as edições dos jogos universitários.

CONCLUSÃO

Após análise realizada nas publicações relativas a essa temática foi possível perceber que as gestões do esporte no contexto das universidades de ensino públicas encontram-se desamparadas, tanto de apoio quanto de eficácia das políticas públicas. Apesar de diversas ações de sucesso serem realizadas no Brasil, essas são atividades pontuais e que ocorrem de forma isolada, funcionando como um nicho esportivo.

Ao longo dos anos tem sido observada pequenas mudanças que incentivam a maior participação das Instituições de ensino em relação aos seus programas esportivos, e assim tem existido uma maior profissionalização do setor, competições com níveis adequados de desempenho, atletas recebendo maior suporte, e aumento do financiamento por parte do governo e das empresas privadas.

Por fim, é importante ressaltar que essa pesquisa esbarrou em obstáculos quanto a escassez de conteúdo científico produzido nessa área, o que dificulta o entendimento de como a gestão pública dos esportes universitários tem funcionado, principalmente fora dos grandes centros urbanos. Portanto, é fundamental que outras pesquisas sejam realizadas dentro desse tema afim de contribuir para a discussão de mudanças e melhorias para esse setor.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. C. C. **Diretrizes estratégicas para a aplicação da gestão esportiva em universidades públicas**. 2017. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- BARBOSA, C. G. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso**. 2017. 97 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.
- ENGELMAN, S.; OLIVEIRA, A. A. B. Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo – Ministério do esporte. **Rev. Educ. Fis/UEM**, v. 23, n. 4, p. 543-552, 2012.
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisão sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014.
- GRANDO, D.; MADRID, S. C. O. Programa Segundo Tempo, Programa Mais Educação e o incentivo ao esporte: um legado para as políticas públicas de esporte e lazer. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 2, p. 37-48, 2017.
- MATIAS, W. B. A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo. **Licere**, v. 16, n. 1, 2013.
- MAZZEI, L.C.; BASTOS, F.C. **Gestão do Esporte no Brasil: Desafios e Perspectivas**. 1 ed. São Paulo/SP, Brasil. 2012. 186p.
- MINEIRO, A. A. C.; VIEIRA, R. P. P. T. Modelo de negócios aplicado à gestão pública: proposta ao setor esportivo de uma universidade. **Revista Práticas em Gestão Pública**, v. 2, n. 2, p. 100-122, 2019.
- MOREIRA, R. L.; GARCIA, R. M. P. C.; LOBATO, P. L. O Esporte Universitário na UFOP (2012 – 2018). **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 10, n. 2, p. 1-16, 2020.

NORA, D. D.; BORDINHÃO, L. S.; CAVALHEIRO, L.; SANTOS JUNIOR, L. O.; DICKEL, D. C. Programa Segundo Tempo: determinantes da participação dos universitários da UFSM em atividades de esporte e lazer. **EFDesportes.com**, v. 19, n. 195, 2014.

NUNES, C. C.; CUNHA, G. S. V. T. Estado e as políticas públicas esportivas: o contexto brasileiro. **Revista da ALESDE**, v. 4, n. 2, p. 4-15, 2014.

RIBEIRO, O. C. F.; AMARAL, S. C. F.; SILVA, D. S. Fragmentação e intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Ver Bras Estud Lazer**, v. 1, n. 1, p. 99-114, 2014.

ROBALINHO, M. J. A.; SILVA, L. L.; NEVES, E. B.; VALE, R. G. S.; NUNES, R. A. M. N. Esporte universitário: percepção de atletas sobre os modelos brasileiro e canadense, **Rev Ed Física**, v. 87, p. 360-370, 2018.

RUSSI, A. C. R. Educação Física se resume a prática? **EFDeportes**, v. 16, n. 164, 2012.

SEVEGNANI, P.; SILVA, M. M.; FIGUEROA, K. M.; MEZZADRI, F. M. A política pública para o esporte educacional no Brasil (2003-2016): entre a setorialidade e a intersetorialidade, **Licere**, v. 22, n. 2, p. 429-451, 2019.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Rev Bras Educ Fis Esporte**, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015.

STAREPRAVO, F. A.; RINALDI, I. P. B.; PIZANI, J.; SERON, T. D.; TEIXEIRA, R. T. S. As equipes colaboradoras do Programa Segundo Tempo e suas contribuições para o desenvolvimento de uma política de esporte educacional. **Motivivência**, v. 24, n. 36, p. 129-141, 2012.

XAVIER, L. C.; AZEVEDO, P. H.; RIBEIRO, A. L. A.; RAMOS, P. P. S. Gestão do Esporte Universitário, **RGNE**, v., n. 1, p. 32-47, 2019.